




MUNICÍPIO DE SETÚBAL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
SETUBAL  
Realizada em 30 de janeiro de 2019

N.º 1/2019

Aos trinta dias do mês de janeiro de dois mil e dezanove, realizou-se, pelas dezanove horas e trinta minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por André Valente Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

## **I – VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS**

### **a) Chamada**

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

**Coligação Democrática Unitária** – André Valente Martins, João Afonso Almeida da Silva Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, Anita da Conceição Birrento Vilar, Rogério da Conceição Palma Rodrigues, Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha, Eusébio Manuel Candeias, João Manuel Martins da Silva, Antonieta Maria Saragoça dos Santos, Pedro Acácio dos Santos Soares e Maria da Graça Santos Andrade.

**Partido Socialista** – Vitor Manuel Ramalho Ferreira, Carlos Manuel da Conceição Batista, Maria João Teigas Santos Palma, José Luís do Rosário Barão, António Manuel Baptista Dias, António Hugo Lindo dos Santos Caracol e Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes.

**Partido Social Democrata** – Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, António Miguel da Costa Ferreira e Pedro Miguel Trindade Vieitas Antunes.

**Bloco de Esquerda** – Vitor Manuel Freitas Rosa.

**Pessoas-Animais-Natureza** – Maria Suzel Costa Sousa.

**Centro Democrático Social** – João Paulo Barros Viegas.

**Presidentes de Junta** – Nuno Miguel Rodrigues Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), Rui Manuel do Rosário Canas (Presidente da União de Freguesias de Setúbal), José Inácio Correia Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra), Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) e Celestina Maria Agostinho Brito Neves (Presidente da União de Freguesias de Azeitão).



Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, a Sra. Presidente da Câmara, Maria das Dores Marques Banheiro Meira, o Sr. Vice-Presidente, Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores: Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva, Fernando Jorge de Oliveira Paulino e Paulo Alexandre da Cruz Lopes.

**b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato**

Da bancada da CDU apresentaram pedido de substituição, Diamantino António Caldeira Estanislau e Nuno Miguel Batista Lopes, conforme documentos registados sob os n.ºs 1 e 2, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedido de substituição Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Filomena dos Anjos Batista Rodrigues Nunes Cunha, conforme documentos registados sob os n.ºs 3 e 4, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PPD/PSD apresentou pedido de substituição Carla Isabel Matos Rodrigues Vilhena, conforme documento registado sob o n.º 5, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do BE apresentou pedido de suspensão pelo período de sessenta e um dias, João Pedro Oliveira Santos, conforme documento registado sob o n.º 6, arquivado em pasta anexa à presente ata.

**c) Substitutos e sua posse**

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Manuel Fernando das Neves Rebelo, não se verificou a sua presença, pelo que a respetiva substituição ficou prejudicada.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Miguel Jorge de Sena Augusto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Manuel Jorge Silva Esteves, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do PS, Domingos Moreira Semedo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Eduardo Jorge Ferreira Durand Moreira Pinto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do BE, Silvana Cassaca Parreira Paulino, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição, conforme documento.

**d) Faltas**

Faltou a senhora deputada Marta Sofia Lourenço Pereira.



## **II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**Presidente da Mesa** – Antes de iniciarmos a nossa reunião quero dizer duas ou três coisas sobre estas instalações.

Creio que todos reconhecemos que melhoraram substancialmente, no entanto existem sempre algumas dificuldades que temos de compreender.

Relativamente ao espaço dedicado aos senhores deputados, ele foi ampliado, como se vê, e já existem melhores condições de trabalho para cada um dos senhores deputados.

Relativamente às bancadas creio que houve um grande benefício, porque todas elas estão situadas de acordo com uma ideia inicial, mesmo antes da alteração da situação do espaço, o qual está agora melhor organizado. Resulta que, sobretudo nas bancadas laterais, há espaço e até podemos dizer que em excesso.

Naturalmente que a alteração que houve já tinha por base um projeto inicial que agora dificilmente se altera, a não ser que se façam alterações mais profundas, mas logo à partida a questão que surgiu foi de que alguns dos senhores deputados ficam muito próximos da Mesa e isso traz algumas dificuldades no confronto dos debates. Mas existe sempre a possibilidade de quem tem intervenções mais frequentes poder ficar situado numa posição mais central na bancada, se assim o entender. Naturalmente que é facultativo e a organização é dos senhores deputados que poderão fazer como bem entenderem.

O facto de as filas laterais estarem localizadas desta forma, é um problema inicial do projeto e agora não há condições para alterar, no entanto a situação de os senhores presidentes das juntas de freguesia ficarem numa fila e de os senhores deputados do PSD ficarem na outra fila é para os deputados do PS ficarem mais à vontade, o que também é significativo as melhores condições para o bom funcionamento da Assembleia.

Relativamente àquele equipamento que veio dar-nos melhores condições de operacionalidade nos nossos trabalhos, foi detetado um pequeno problema, embora este equipamento esteja instalado em várias assembleias municipais, incluindo na própria Assembleia da República.

Aqui em Setúbal temos sete representações, o que limita a capacidade do equipamento e, por isso, surgem no final uns problemas que não são muito graves e que podemos controlar perfeitamente, mas é bom que os senhores deputados tenham conhecimento. No Período Antes da Ordem do Dia, que é um tempo único que aparece no ecrã, as interpelações à Mesa, os votos de protesto e as declarações de voto não podem ser contadas no ecrã, como são as outras. Só se consegue fazer no Período da Ordem do Dia, nas propostas, onde as declarações de voto já podem ser registadas em tempo no ecrã, porque são feitas no final das votações, ou seja, já não está a decorrer o tempo de cada partido ou de cada força política que está a intervir. Aparece no ecrã o tempo da declaração de voto, porque é feita depois da força política já ter feito a sua intervenção.

Relativamente às interpelações à mesa e aos protestos continua a não ser possível fazer-se. Normalmente isso acontece quando estão a decorrer as intervenções de cada força política e quando lhe está atribuído um determinado tempo e se vai mexer num outro tempo, que é fora do tempo dos partidos, desmarca a contagem anterior. Como sabem as declarações de voto e as interpelações à Mesa não entram no tempo dos partidos, designadamente de quem está a intervir no momento.

Existem estes problemas, mas a Mesa consegue controlar e julgo que não haverá problema de maior nisto.

Quis só chamar a atenção dos senhores deputados para estas situações e porque creio que na última reunião, quando o nosso operador, que tirou um curso de formação acelerado, tentou introduzir os dois minutos da interpelação ou do protesto, naturalmente que alterou o tempo de



contagem da força política que estava a intervir e houve essa intervenção que foi reconhecida pelos senhores deputados.

Era só para chamar a atenção para isto para não haver aqui dúvidas sobre estas questões, mas penso que no final este equipamento vem também beneficiar substancialmente as condições de trabalho.

Era o que tinha a dizer, do bom que isto representa dentro das condições de organização da sala. Já agora dizer que, também, o público, os serviços e a comunicação social (que não está presente hoje nesta assembleia até agora), que também têm muito melhores condições de trabalho.

Dito isto e se não houver nenhuma questão dos senhores deputados passaremos então aos nossos trabalhos e começava por referir que tomaram posse todos os elementos que farão parte da Comissão Eventual para a Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao Porto de Setúbal, uma deliberação que foi tomada na sessão anterior da Assembleia Municipal, onde foi aprovada a constituição desta Comissão Eventual.

Foram dadas indicações dos vários elementos pelos vários grupos políticos e passava a indicar os nomes dos respetivos representantes: Jerónimo Manuel Fragoso Lopes (CDU), Carlos Manuel da Conceição Batista (PS), Pedro Miguel Trindade Vieitas Antunes (PPD/PSD), Vítor Manuel Freitas Rosa (BE), Maria Suzel Costa de Sousa (PAN), João Paulo Barros Viegas (CDS-PP) e Celestina Maria Agostinho de Brito Neves (AC).

Como já todos tomaram posse poderão iniciar oportunamente os trabalhos.

#### **a) Assuntos de interesse relevante e interpelações ao Executivo**

**Manuel Fernandes (PS)** – Foi feita uma proposta, julgo que na altura de campanha eleitoral, pela CDU, numa das passagens por Azeitão, à Associação Meninos de Oiro de Azeitão de cedência de terreno para a construção de uma nova sede.

A nossa questão é apenas tentar perceber se é verdade que essa proposta foi feita, se existe essa promessa e se ela existe qual é o ponto de situação.

**João Viegas (CDS-PP)** – Quero colocar três questões ao executivo.

Em 2017 foi aprovado, nesta Assembleia Municipal, a abertura de um processo de concurso para a aquisição da Praça Carlos Relvas e, decorridos dois anos, gostava de saber se esta continua a ser pretensão da autarquia a aquisição desta Praça e se, nesta fase, já sabem informar quais os valores necessários para a recuperação da mesma.

Quero também, em relação à Taxa Municipal de Proteção Civil, voltar a fazer a pergunta sobre a devolução de verbas aos clientes das Águas do Sado, os quais devem ser ressarcidos das verbas que foram cobradas indevidamente. Várias dezenas de comerciantes, por exemplo, continuam sem ter qualquer contacto por parte da autarquia, não há uma notificação sobre a forma como vão ser ressarcidos dessas verbas e até dos montantes desse reembolso.

Uma nota sobre as obras que estão a ser realizadas junto à Escola Básica do Viso, que, sinceramente, também concordo com a necessidade de se realizarem ali uma série de intervenções.

Com as alterações que foram ali feitas, como na Rua Alves da Silva, no cruzamento com a Rua Nossa Senhora do Carmo, foram alargados os passeios, o que significa que os autocarros quando sobem a Quinta Alves da Silva e vão virar para a Reboreda, os autocarros e os veículos de maiores dimensões têm que sair da sua faixa de rodagem e vão para a faixa contrária para poderem fazer aquela curva.

Sem dúvida que é importante este tipo de intervenções, mas principalmente numa fase em que cada vez mais devemos optar e incentivar a utilização dos transportes públicos, sendo esse também um plano, ao que julgo saber, desta autarquia, e que depois em termos de circulação estes constrangimentos não serão a melhor solução.

**Costa Ferreira (PPD/PSD)** – Como é do domínio público, tem ocorrido na cidade vários cortes de abastecimento de água e a sua reposição é muito demorada. Isto é algo que nos preocupa e em nome do PSD dirijo a questão, neste caso ao senhor Vice-Presidente, para saber se tem alguma explicação sobre o que é que está a suceder ou se isto são evidências do envelhecimento desses troços da rede por falta de investimento atempado.

**Vítor Rosa (BE)** – O grupo parlamentar do Bloco de Esquerda colocou junto dos municípios e do setor empresarial local, no âmbito do processo do PREVPAP um conjunto de questões relativamente ao processo, ao desenvolvimento e à inclusão desses trabalhadores.

Relativamente ao Município de Setúbal a resposta que obtivemos, até ao momento, foi de que existiriam 138 trabalhadores em exercício nestas condições, que foram incluídos neste processo, mas até agora só teriam sido incluídos 120.

Em relação a estes 18, que não constam desta lista, se esse processo já foi tratado e qual é o ponto de situação relativamente a esse conjunto de 18 trabalhadores.

**Miguel Augusto (CDU)** – Na sequência da criação da Comissão Eventual de Acompanhamento das dragagens no rio, não sei se estão ao corrente do que a DGRM lançou ontem, a decisão para o local de depósito dos dragados.

Depois de muitas reuniões em que estivemos presentes, estou em representação da Setúbal Pesca, e em que todos pareciam estar de acordo que naquela zona não se deveria colocar os depósitos, recebemos um ofício que refere que ficou estipulado e decidido que vai ser naquela zona que vão ser depositados os dragados.

Isto, depois de termos até ao dia 17 para contestar a referida zona, mas este ofício é datado do dia 8, ou seja, a nossa contestação não valia a pena, porque no dia 8 já estava decidido onde iam ser feitos os depósitos dos dragados.

É uma zona de entrada, que chamamos a restinga, é uma zona de maternidade, é uma zona de bivalves, de moluscos, é uma zona importantíssima para o nosso setor. Ali, não! É que nem permite discussão.

Peço que a Comissão de Acompanhamento tenha isto em linha de conta, porque o que vai ser depositado ali vai entrar no rio, vai afetar o parque Luís Saldanha que está ali ao pé, vai afetar uma série de zonas ali adjacentes, porque os depósitos não vão ficar sedimentados no sítio onde vão ser colocados, são zonas de marés e de águas correntes.

Fizemos uma proposta para ser lançado 2,5 milhas fora da barra. Uma zona que foi proposta e que nós também não estivemos de acordo, porque ainda não era o ideal, embora tivesse melhorado, e a resposta foi zero, foi lançarem, a título definitivo, que os depósitos vão ser efetuados na zona inicialmente prevista.

**Suzel Costa (PAN)** – Perante a previsão de descida acentuada de temperatura nos últimos dias, o município ativou, e muito bem, o seu plano de contingência contra o frio para as pessoas sem-abrigo, porém, e questionando as estruturas, vimos que o plano não contempla os animais de companhia dos sem-abrigo, único afeto dos que vivem na rua e que prescindem de um teto, face à possibilidade de abandonar o seu último amigo.



Além disso, pelo menos, desconhecemos existirem respostas que, admitimos, serem difíceis de organizar, mas não impossível para as inúmeras pessoas, sobretudo idosas, que vivem em casas tão geladas como a rua, nomeadamente através de um banco de empréstimos para equipamentos de aquecimento.

Por outro lado, a experiência revela que a constante divulgação de informação apresenta um papel essencial na preparação, estrutura e aplicação das ações da gestão de riscos.

As opções no desenvolvimento futuro e as diferentes formas de atuação são responsáveis pela implementação de um sistema que garanta a segurança, deste modo é fundamental que os munícipes de Setúbal estejam informados e se sintam preocupados e nos coloquem questões que gostaríamos de ver resolvidas, nomeadamente qual a origem de um composto de cor escura que se amontoa na zona da Várzea.

Nunca se falou tanto em microplásticos e plásticos e, contudo, este composto volumoso está cheio de plásticos e microplásticos, os moradores queixam-se também do mau cheiro e não sabemos se ele vai servir para adubo, por exemplo, de algumas árvores que ali se encontram.

A 13 de setembro, nesta assembleia, também questionámos o executivo sobre as dragagens no rio Sado e, em particular, lançámos o desafio de que fossem efetuadas sessões de esclarecimento à população, mas, do que é conhecido, tal não aconteceu.

*Crassostrea angulata*, é o nome da ostra portuguesa.

Resíduos da atividade do estaleiro da Lisnave e da Mitrena e outras unidades de conservação e reparação naval contendo compostos organoestanosos estão na base do despovoamento das ostras do Estuário que se verifica há mais de 20 anos. A população de roazes corvineiros também diminuiu e hoje fomos confrontados com a notícia de que os depósitos das dragagens vão ser efetuados na zona da restinga, depósitos de nível um e nível dois.

Gostaríamos de saber onde é que vão ser colocados os depósitos de nível 3. Durante a fase dos dragados, eles podem existir e até ao momento não nos foi dada qualquer resposta.

**António Caracol (PS)** – Um munícipe fez-me chegar e também fez chegar à câmara, no início deste ano, uma preocupação que constatei depois que é verdade e gostava de perguntar se o executivo tem conhecimento.

Na estrada da Graça as casas, as barracas que estão ali a aumentar, e aumentam todas as noites, se passaram lá durante a noite vêm gambiarras e de um dia para o outro uma parede nova está erguida, uma nova divisão foi construída.

Faço a pergunta direta, não vou entrar nos considerandos que o município fez, e pergunto qual é a política de habitação que a câmara está a planear e se tem conhecimento do facto que acabei de relatar, se sim, o que é que pensa fazer sobre esta situação e o que pensa fazer sobre o resto.

Mais, hoje nem de propósito, temos na nossa ordem de trabalhos a delegação de competências e uma delas é a habitação que a câmara declinou puxar a si para poder fazer esse tipo de gestão.

Sobre este assunto gostaria que a câmara pudesse elucidar.

**Pedro Vieitas (PPD/PSD)** – Gostava de colocar duas questões ao executivo. O primeiro não será bem uma questão, mas sim um pedido de auxílio à Câmara Municipal de Setúbal. Na Rua Manuel Gonçalves Branco, no Alto da Guerra (nas traseiras do Clube da Amizade) existe um depósito de entulho resultante claramente do despejo ilegal de materiais de construção. Os moradores têm reclamado que aquele entulho tem propiciado o aumento de pragas naquela zona.



Esta questão já foi colocada à Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra e o Presidente, aqui presente, José Belchior respondeu-me, em sessão, ser incapaz de solucionar o problema após tentativas. Por isso, o meu pedido à Câmara Municipal de Setúbal para que em conjunto com a Junta de Freguesia consigam solucionar este problema.

O segundo ponto que trago é relativamente ao Parque Canino. No dia 20 de janeiro foi inaugurado pela Câmara Municipal de Sesimbra o Parque Canino Municipal da Quinta do Conde, com uma área aproximada de 800 m<sup>2</sup> e diversos equipamentos de recreio para os animais como túnel, pontes, barras de salto, bebedores, etc.

Na Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra foi aprovado por unanimidade, ou seja, por todas as forças políticas com presença na Assembleia de Freguesia, a construção de um Parque Canino.

Julgo que seria muito bom que a Câmara Municipal em conjunto com a Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, à semelhança daquilo que foi feito na Quinta do Conde, pudesse fazer um Parque Canino e fazer nessa freguesia um Parque Municipal para que todos os donos possam levar os animais para ali poderem frequentar.

**Manuel Esteves (PS)** – A minha intervenção era para recordar e não deixar cair duas questões lá na minha aldeia.

Uma, era a colocação de uma árvore, que já tinha sido prometida, na Rua Miguel Bombarda há um ano a esta parte e ainda não foi feito esse trabalho, o qual já foi garantido aqui, tanto pela Sra. Presidente da Junta como pela Sra. Presidente da Câmara que esse serviço iria ser efetuado.

O outro é aquele célebre passeio, que já há cinco anos e tal tem sido aqui reivindicado, entre Vendas e Vila Fresca e que, segundo a Sra. Presidente da Câmara e a Sra. Presidente da Junta, os trabalhos dessa obra eram para terem iniciado em dezembro do ano findo ou então em janeiro, acontece que à data de hoje continua na mesma.

**João Luz (CDU)** – Três questões breves, uma primeira para assinalar e referir aqui nesta Assembleia Municipal que, no momento em que decorrem os nossos trabalhos, os trabalhadores da ATF do Grupo Navigator Company estão num processo de greve de 4 dias com uma forte adesão e com a produção de papel parada. Em nome da bancada da CDU, manifestar a nossa solidariedade para com a luta destes trabalhadores numa empresa aqui no concelho de Setúbal em justa reivindicação pelos seus direitos e na defesa dos seus interesses. Uma segunda questão relativa a uma matéria que foi aqui abordada e que foi trazida pelo facto de a Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos ter emitido o título de utilização privativa do espaço marítimo, tendo a APSS feito um pedido recuando naquilo que tinha sido o compromisso de reavaliar a zona de deposição dos dragados, apontando e estando autorizado, de acordo com este título, à deposição na zona da restinga “A”. Este local, como já foi aqui dito e escuso-me de repetir, de elevada importância, até do ponto de vista da reprodução de peixes e bivalves.

Tendo em conta as duas intervenções que já aqui abordaram este assunto que, pelo menos da nossa parte, só foi conhecido hoje, a sugestão que fazíamos implica que o conjunto das bancadas estivessem naturalmente de acordo e mesmo sem um texto formalmente escrito pudesse sair do conjunto da Assembleia o lamentar desta decisão que no fundamental consideramos ser um recuo em relação àquilo que tinha sido a posição inicial da APSS, a qual tinha demonstrado abertura para ouvir as organizações de pescadores e outras que se pronunciaram sobre esta matéria.



O próprio município no seu parecer aponta para um conjunto de preocupações sobre o local que estava inicialmente indicado e sem qualquer outra reflexão, sem qualquer outro tipo de discussão a APSS, ao arrepio daquilo que tinha sido o compromisso, o que vem fazer é solicitar a emissão do título exatamente para o sítio onde disse que não o faria.

Julgo que, sem outras considerações sequer de ordem política, tendo a Assembleia o conhecimento deste facto, sugerimos que se pudesse pronunciar lamentando esta decisão e este pedido da APSS para a deposição dos dragados neste sítio, ao arrepio daquilo que foi até no quadro da consulta pública, um conjunto de indicações em sentido contrário.

Por fim e na sequência de uma questão levantada pelo senhor deputado do Partido Socialista, questionar também a Câmara Municipal, no sentido de saber relativamente a um problema que é preocupante na zona da Estrada da Graça sobre o aumento da habitação clandestina naquela zona, qual tem sido o nível de compromisso por parte dos Governos em relação àquela matéria, designadamente no quadro das relações com a Segurança Social e o IHRU.

**Vitor Ferreira (PS)** – Em relação a esta questão da deposição dos resíduos e da definição de uma zona, em primeiro lugar dizer que não estamos em condições de acompanhar, para já, aquela que é a crítica feita pela bancada da CDU à APSS e à sua ação, no entanto, também não estamos em condições de dizer o contrário. Se calhar é uma matéria que a comissão que se constitui poderá também analisar.

De qualquer forma, gostaríamos, na medida do possível, ter acesso à carta que o senhor deputado referiu, porque reconhecemos que se há uma carta com data de 8 e havia um prazo até ao dia 17, o comportamento é inaudito para não dizer algo um bocadinho pior nesta fase.

**José Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra)** – Só aqui duas explicações em relação às questões apresentadas pelo senhor deputado Pedro Vieitas, no que respeita aos lixos depositados nas traseiras na Rua Manuel Gonçalves Branco. Foram, há pouco tempo, contactados pelos moradores daquela zona em que um dos quais é o proprietário do lar e que se prontificou a proceder à limpeza. O proprietário do outro lote, que também tem muito lixo, falei com ele e também já se prontificou a proceder à limpeza daquela zona. Esperamos que cumpram aquilo que me prometeram.

Em relação ao Parque para Canídeos, dizer que a Junta de Freguesia não está esquecida. Por acaso temos conhecimento que há pouco tempo foi inaugurado um Parque para Canídeos na Quinta do Conde e vamos fazer uma visita ao parque para ver a forma como ele está montado e como é que funciona e depois arranjam um local.

O parque não está esquecido, até porque temos muito respeito pelos animais e a prova disso é que ainda há pouco tempo colocámos, junto ao Jardim do Poço Mouro, um bebedouro para animais e vamos fazê-lo em mais quatro pontos da Junta de Freguesia.

O Parque para Canídeos não está esquecido e quando prometemos cumprimos e vamos cumprir com a construção do Parque Canídeo.

**Vitor Rosa (BE)** – Relativamente à questão das dragagens, uma vez que é feita a sugestão por parte da bancada da CDU e uma vez que vai haver a próxima sessão, dia 22 de fevereiro, pela proximidade e pela existência da Comissão Eventual seria, de facto, melhor refletirmos dentro da referida Comissão Eventual e com o conhecimento óbvio da carta que vai ser agora distribuída para então termos uma posição mais clara e mais fundamentada.





## **b) Intervenção do Executivo**

**Vice-Presidente da Câmara** – A senhora presidente não está presente, porque está neste momento numa consulta médica, está com um problema de saúde, mas tem intenção ainda de passar pela Assembleia, se lhe for possível.

O deputado Manuel Fernandes falou na questão da promessa aos Meninos de Ouro, mas vou deixar esta questão para o fim, uma vez que é uma questão recorrente e como sabe já houve reversão dos terrenos, porque não foram usados para a finalidade a que se tinham doado, mas deixar aqui para o senhor vereador Pedro Pina, que é quem tem acompanhado estas questões de perto, para dar uma explicação de forma a ficarmos todos esclarecidos.

O deputado João Viegas perguntou se já temos valores para a recuperação da Praça Carlos Relvas. Estamos ainda numa fase em que aguardamos o visto do Tribunal de Contas em relação à aquisição. Temos contactos feitos em relação ao modelo de intervenção a fazer, há de haver uma primeira intervenção para mero uso, para alguma atividade que seja ali necessário fazer. O valor só há de aparecer quando a opção pelo tipo de recuperação for tomada e então, face ao projeto de recuperação, há de haver uma orçamentação. Não há esse valor ainda e não lhe posso dar nem sequer uma estimativa, porque só depois do visto do Tribunal de Contas é que saberemos o que é que vamos fazer à praça e só então aparecerá o projeto e o orçamento.

Quanto à Taxa Municipal de Proteção Civil não lhe sei dar novos dados, os procedimentos da devolução têm estado a decorrer e tanto quanto sei, não tenho conhecimento que haja nenhum percalço no processo, mas podemos tentar fazer um ponto de situação mais concreta e distribuir posteriormente, porque não trouxe nenhuns dados sobre isso.

As obras do Bairro do Viso e a faixa de rodagem limitada, é verdade, as obras limitam muitas vezes as faixas de rodagem e naquele cruzamento há, de facto, alguma limitação.

A limitação e a dificuldade de manobra de alguns carros pesados ou dos autocarros enquanto estiver ali a decorrer as obras vai existir, mas não há nenhuma... Como?

**João Viegas (CDS-PP)** – Desculpe lá. Não é uma limitação da obra, é o alargamento do passeio que vai ficar assim.

**Vice-Presidente da Câmara** – Está bem, mas se não acabar a obra, não acabam as limitações. A faixa de rodagem está limitada ainda, porque está a decorrer a obra, concluindo-se a obra não vai ficar com faixa de rodagem que não permita a viragem dos autocarros. É isso que está a reçar, não é? Está a pôr em dúvida que a largura da faixa de rodagem não seja suficiente para a viragem dos autocarros, é isso?

**João Viegas (CDS-PP)** – Neste momento, essa parte do alargamento do passeio...

**Presidente da Mesa** – Peço desculpa senhor deputado, senhor Vice-Presidente, chamo a atenção que há ali uns tempos que são para ser cumpridos. Naturalmente que era muito interessante haver um esclarecimento mais amplo possível, mas depois temos que ter atenção ali aos números dos quadros. Chamava a atenção para isto. Obrigado.

**Vice-Presidente da Câmara** – É só no sentido de evitar réplicas e trélicas que, às vezes, são mais demoradas.



Senhor deputado Costa Ferreira, sobre os cortes de água, o senhor deputado deu a resposta que queria ouvir e era a que isso se deve a falta de investimento, foi o senhor que o disse e é da sua responsabilidade.

De facto, a rede tem muitos pontos que é antiga e tem ruturas, isso acontece com alguma frequência, não é só aqui, é em todos os concelhos provavelmente. Não há aqui uma incidência especial por falta de investimento, aliás se dúvidas tem quanto ao investimento na rede de abastecimento de água, basta olhar na cidade e andar na cidade.

Se é o momento mais inoportuno para dizer que há falta de investimento na rede de abastecimento de água e de saneamento será agora. Não sei a que é que se refere, mas enfim. Ficou dito o que o senhor queria dizer e está dito.

Deputado Vitor Rosa, o PREVPAP, se entraram todos os trabalhadores? Já explicámos que o que estava em atraso eram procedimentos de entrega de documentação. Neste momento no total, porque já tinham sido admitidos em contratos anteriores, regularizaram a situação 163 trabalhadores, contando aqueles que já estavam em processo de recrutamento e que anteriormente ao lançamento deste processo já tinham entrado, mas foram regularizados, não foi no âmbito deste, mas foi em recrutamentos normais, digamos assim. Faltam 5 ou 6 entrar no quadro por falta de documentos, não há outras situações em atraso, estamos muito distantes e muito avançados em relação à situação mais ou menos generalizada dos ministérios que ainda nem começaram os processos, e há muitos, e nós somos um bom exemplo de um bom andamento e regularização daquilo que a Administração Central não quis ou não pôde fazer até agora.

Isto é para responder à capacidade de resposta daqui mais à frente, quanto às descentralizações. Somos capazes de responder, a Administração Central tem tido mais dificuldades e noutros aspetos já vamos ver que assim é.

Deputado Miguel Augusto aquilo que disse sobre a zona de deposição das dragagens e esta decisão que, de facto, também não conheço ainda, mas julgo que a proposta ou a perspetiva que foi colocada pelo deputado João Afonso Luz, é possível para esta assembleia, porque a assembleia tem uma comissão e é uma questão para a mesma tratar. E escusava-me de emitir qualquer opinião sobre uma decisão de que ainda não há conhecimento oficial da câmara, pelo menos não tenho conhecimento, mas julgo que aquilo que a assembleia tem avaliado e o deputado Vitor Ferreira também, será o caminho de apreciar a questão, tomar uma posição, questionar a APSS no que houver a questionar.

Enquanto executivo municipal, julgo que não será ainda o momento para tomarmos uma posição antes de ver o que é que se trata em concreto e saber se há, de facto, um recuo ou se não há, se há condições ou se não há condições. Vamos apurar para ver se há, de facto, uma solução que seja a contente de todos e é isso que nos interessa.

A Deputada Suzel Costa, quanto ao frio dos animais, não tenho notícia que haja assim um inverno tão rigoroso desta vez, não sei se houve aí alguns períodos de alarme, mas não houve nenhum período assim de tanto rigor de frio. De facto, não há nenhuma campanha de agasalhamento de animais de companhia dos sem abrigo, sinceramente, não está prevista, mas também não me admira que tal como há associações que se ocupam de distribuir agasalhos para os humanos, também seja criada alguma associação que passe a distribuir agasalhos para os animais. Há uma que se chama Humana, pode haver a Animal ou algo do género. Pode ser uma solução para isso, mas confesso que, da parte do município, não previu essa vaga de frio, ela não aconteceu e nós não organizamos, nem sequer para os sem abrigo, nenhuma campanha especial de distribuição de agasalhos, porque não foi necessário. Também não nos pareceu necessário, confessamos o nosso descuido, porque também não a previmos para os animais.



Quanto ao microplásticos da Várzea, se aquilo que diz, a ser verdade será grave, a não ser verdade grave será, porque seria então uma atoarda. Vamos então ver, não é questão que tenha chegado ainda ao conhecimento do executivo, nem ao vereador das obras, já aqui conferenciámos em pé de orelha, não há conhecimento desse facto, não sei a que é que se refere e duvido um pouco. Vamos averiguar se há para aí alguns elementos mais graves, mais perigosos que estejam ali a ser misturados no parque, o que seria complicado, porque queremos um parque natural e íamos ter um parque infetado à nascença, mas espero que não. Estão a ser retiradas terras, não tenho conhecimento de nenhum lado onde tenham sido depositadas as terras, nunca ali houve indústrias, não estamos a ir buscar nem à Mitrena, nem ao Barreiro, nem à Quimiparque, a lado nenhum terras para pôr ali. Acho estranho como é que esses microplásticos estão agora ali a infetar aqueles terrenos, vamos ver o que é que se passa, pode acontecer nalgum elemento da construção que lá tenha sido colocado, mas espero que não.

Quanto aos resíduos de nível 3, não tenho resposta para lhe dar, porque não temos nenhum plano especial em relação aos resíduos industriais de nível 3. É a isso que se está a referir, não é?

**Suzel Costa (PAN)** – São provenientes das dragagens. Quando estão a fazer as dragagens se estiverem contaminados o nível da contaminação está previsto no TUPEM 7 (Título de Utilização Privativa do Espaço Marítimo Nacional).

**Vice-Presidente da Câmara** – Não sei responder a isso, sinceramente. É uma resposta técnica e uma solução técnica, não é uma resposta política, nem uma apreciação política que posso fazer sobre isso. Lamento, mas não lhe sei dizer que indicações é que há sobre esse tipo de resíduos.

O senhor deputado António Caracol falou sobre o aumento das barracas e cá estamos exatamente no ponto em que estava há pouco já antecipar aquelas competências que a Administração Central não consegue executar.

Não consegue, não quer, acho que má vontade não há, há incapacidade ou incompetência, não consegue resolver o problema da habitação e atira para cima das câmaras.

Esse é um belo exemplo que trouxe agora aqui, o facto de já estarem outra vez a crescerem barracas. O IRHU não toma conta do espaço, o IRHU não tem solução e atira para as câmaras. Deu aqui precisamente o mote da principal decisão que motivou a realização desta assembleia extraordinária, que é a recusa de uma competência para a qual o Governo não tem sabido dar resposta, nem consegue dar os meios às câmaras para lhe darem resposta. Nem podia ter feito melhor intervenção em relação a esta decisão.

O senhor deputado Pedro Vieitas fez um pedido que teve acolhimento, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra já lhe deu a resposta, terrenos de particulares com o compromisso de serem limpos como devem ser e sobre o Parque Canino da Quinta do Conde teve também a devida resposta. Muito bem, está uma junta com iniciativa, nos planos e nos planos um pouco recuados, porque não estão assim tão próximos da concretização, não estão já para serem amanhã, mas temos alguns planos em cada Junta de Freguesia para se conseguir construir um Parque Canino.

Temos estado à frente da questão do alojamento, da recolha dos animais, da atuação dos animais, do destino e do tratamento dos animais de rua e dos animais de companhia, e não nos vamos deixar ultrapassar por muito tempo por outro município vizinho sem ter as condições para oferecer aos animais de companhia. Fiquem descansados que disso trataremos e o



primeiro compromisso está ali já assumido pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra.

Deputado Manuel Esteves, Rua Miguel Bombarda quer uma árvore e obra não iniciada do passeio, é verdade, sim, senhor. Vamos tratar da sua rua e havemos de lá chegar, e a árvore há de chegar e o passeio há de chegar. De momento não lhe sou capaz de dar prazo, nem data para fazer essa obra.

O João Afonso respondeu e muito bem à questão da área da restinga e como já disse, é a posição que me parece que posso sublinhar e secundar em relação ao problema colocado sobre a decisão da APSS, que, de facto, merece ser bem apreciada na Comissão de Acompanhamento e, felizmente, também é autonomamente a Assembleia que vai assumir a sua posição sobre a matéria, independentemente, do executivo também o poder fazer e dever fazer.

**Manuel Esteves (PS)** – Senhor Vice-Presidente, a resposta que me deu é muito vaga, porque afinal de contas a Sra. Presidente da Câmara e a Sra. Presidente da Junta de Freguesia já se tinham comprometido perante a assembleia que esta obra começaria ou no final do dezembro passado ou em janeiro deste ano. É só por isto e a árvore já há um ano que era para ser plantada, agora dizer-me que não sabe quando, mas que há de lá chegar é um bocado vago.

**António Caracol (PS)** – As perguntas que coloquei, nenhuma delas foi respondida, não percebi se a câmara tinha ou não conhecimento desta situação, que está a aumentar e se, inclusive, estão a ser legalizadas e licenciadas estas habitações.

Já agora, nos anos 80 e 90 não sei se houve alguma descentralização de competências para os municípios, porque no Município de Setúbal a erradicação foi bastante grande.

### c) Saudações, votos e moções

Não houve.

## III – PERÍODO DESTINADO A INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

**Presidente da Mesa** – Temos um pedido de intervenção do público, (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 7).

**Sr. Fernando Camolas** – Moro na Avenida Luísa Todi, número 33, em frente à Biblioteca Municipal.

Venho apelar a todos vocês e à câmara para que tomem atenção a isto, porque é muito triste, a minha companheira mora lá há 42 anos e foi intrujada com uma carta da Fidelidade, há 5 anos, só que ela não contestou. A situação mudou, porque agora estou inteiramente dentro do assunto.

Já sei que foi a Sra. Assunção Cristas que fez isso tudo, enfim.

Pedia a todos vocês, inclusivamente à câmara, que nos ajudassem, a mim e a todos, que já têm uma certa idade (60 e 64 anos), porque porem as pessoas no meio da rua de um momento para o outro. Não se justifica. Isto é a coisa mais irrisória do mundo. Fala-se de tudo e mais alguma coisa, vão para o Governo e fazem isto, estão a matar os idosos e até tenho conhecimento de pessoas que com 80 anos foram postas na rua.



Já fui a um advogado, felizmente temos a nossa reforma, estamos inscritos na Associação de Inquilinos e já sei quem é que fez isso tudo. Será que é para ajudar os portugueses ou é para os afundar?

Peço a vocês todos a melhor ajuda possível para esta situação, por favor.

**João Luz (CDU)** – Em primeiro lugar agradecer esta intervenção por parte do público, relativamente à situação em concreto deste prédio na Avenida Luísa Todi. De facto, tomámos bom conhecimento desta situação, que lamentamos e que acontece num quadro em que os fenómenos de especulação imobiliária têm vindo a aumentar e em que a famigerada lei do arrendamento produz ou tem produzido estes efeitos de colocar os inquilinos em grande fragilidade face aos senhorios.

Quando se trata, então, de situações onde empresas de determinada dimensão desenvolvem um conjunto de pressões, utilizando aquilo que é lícito e aquilo que não é para empurrar os inquilinos para fora dos prédios de forma a colocá-los ao serviço da tal especulação imobiliária, só podemos lamentar.

Consideramos que da parte da CDU, no quadro desta Assembleia Municipal e julgo que no quadro da Assembleia no seu conjunto, que é uma situação sobre a qual deveríamos estar atentos e naquilo que é a medida das nossas possibilidades, nos termos das atribuições e competências desta assembleia, deveríamos também não deixar de olhar para esta situação e tomar posição sobre esta matéria.

**Carlos Batista (PS)** – Para dizer que a bancada do PS acompanha as palavras do vosso camarada e deputado João Afonso Luz.

**Vitor Rosa (BE)** – Quanto a esta matéria, o que nos preocupa é que não é só este caso que começa a singrar nesta cidade, temos também conhecimento que relativamente a uma torre na Reboreda existem também outros moradores a serem alvo destas pressões imobiliárias. Recordo, e tendo aqui presente o Presidente da União de Freguesias de Setúbal, que no período do Natal entrei em contacto também por uma situação de despejo na área do Viso.

Na última reunião de câmara houve dois moradores de Setúbal, que chegaram aqui e também colocaram junto da câmara situações de despejo e situações de dificuldades relativamente à questão do imobiliário e julgo que começa a existir nesta cidade esta preocupação e subscrevo também aqui as palavras avançadas pelo João Afonso Luz que, em termos de sede da própria assembleia, também fica o recado à Câmara Municipal, desta grande preocupação que é a grande especulação e a grande pressão imobiliária que os munícipes desta cidade começam a sofrer. Tudo isto talvez fruto, quer se queira quer não, também do reverso da medalha desta amplitude toda que a cidade tem derivado ao turismo e que o que seria uma habitação digna e condigna acaba por ser usufruto depois para pressão imobiliária e para outros fins que normalmente são designados como alojamento local, hotéis, ou outro tipo de serviços que já não tem nada a ver com termos uma cidade sustentável.

**Rui Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal)** – É para reforçar esta questão. Infelizmente, tenho recebido alguns fregueses que nos vêm relançar esta situação, é mais do que uma torre na Reboreda, é mais do que este edifício antigo do BNU, há outras situações. Infelizmente, as coisas estão tão bem-feitas, do ponto de vista legal, a lei foi mudada e não foi por acaso, foi para dar razão a quem cria estas situações e as pessoas, neste momento, estão entre a espada e a parede e, do ponto de vista legal, não têm hipótese nenhuma de se puderem socorrer da situação.



O problema é que a lei desequilibrou o prato da balança, porque antes defendia ambas as partes, hoje só defende uma parte.

Isto são fundos, são pressões, são grandes negociatas que estão por detrás desta situação e que infelizmente, as pessoas veem-se incapazes e a própria Associação de Inquilinos, com quem eu já contactei para acompanhar o caso e sei que está a acompanhar, também disse que é impossível, do ponto de vista jurídico, reverter estas situações.

**João Viegas (CDS-PP)** – Fiquei também a aguardar pelas diversas intervenções e era bom aqui dizer, não conheço em concreto o caso que o Sr. Fernando Camolas aqui trouxe, mas também é bom deixar esta nota nesta assembleia, a lei do arrendamento era uma lei estrutural e era uma lei necessária.

Neste momento, quer o Partido Socialista suportado pelos restantes partidos que têm apoiado este Governo, já reverteram tanta coisa, também se eventualmente tivessem intenção já tiveram tempo e oportunidade para o reverter, mas não é essa a questão que está aqui em causa.

É importante também dizer e salvaguardadas determinadas condições que têm que ser analisadas caso a caso, e não posso estar a pronunciar-me sobre uma situação que não conheço em detalhe, muito por força também desta lei do arrendamento, por exemplo, a cidade de Setúbal mudou completamente a sua fase.

É preciso também dar nota disto, porque hoje oiço os autarcas nesta assembleia, eventualmente nas assembleias de freguesia, e podem não o querer afirmar, mas o que é certo é que muito investimento veio para a cidade de Setúbal, e para muitas cidades do país, e como é sabido durante muitos anos a lei do arrendamento esteve congelada e não existia interesse por parte dos proprietários em arrendar os seus imóveis.

Em grande parte, aquilo que tem acontecido, em termos de reabilitação urbana, em termos de uma série de investimentos. Este foi precisamente um dos fatores, não o podemos escamotear e era importante também referir, não é só dizer que a cidade está melhor, que a cidade está mais moderna, que há mais investimento, que há muito mais interesse e depois nestes fóruns avançam-se com outro tipo de desculpas e esquecem-se que isto também se deve à alteração que foi introduzida.

Isso não invalida e como, é óbvio, estas situações têm que ser analisadas, têm que ser ponderadas e não sei quais foram os prazos, se foi dada a hipótese ou não de recorrerem da decisão e em que condições e, portanto, sem ter conhecimento de todas essas situações não posso aqui apresentar outro tipo de fundamentação.

**Vice-Presidente da Câmara** – É para informar que a Câmara Municipal, o setor da habitação municipal, também está a ser pressionada com esta situação. Situações como as do senhor Camolas repetem-se na cidade de Setúbal, mas oxalá fosse só na cidade de Setúbal, em Lisboa está-se a criar uma nova classe de sem abrigos e de geração com falta de rendimentos dentro da classe média, de pessoas que viviam a vida normal e que no final da sua vida são postas na rua.

Por favor, não se aponte o dedo ao desenvolvimento, não se aponte o dedo ao turismo, não se aponta o dedo às melhorias da cidade, aponte-se o dedo a quem fez uma lei iníqua, e é aí que a assembleia tem que se unir. As assembleias e os moradores, a câmara está disponível, o setor da habitação, para apoiar todas as pessoas e quantas mais melhor para fazer movimento. Agora, temos um Governo em funções que faz leis e revoga leis malfeitas. Esta lei tem que ser mudada.

O senhor deputado João Viegas não pode é vir aqui apontar o dedo às vítimas como culpados, e dizer que os senhores é que são vítimas, porque agora têm turismo, agora têm uma cidade desenvolvida e mais bonita, então como é que resolvem agora a falta de casas.

Esta situação é um problema do país, não é de Setúbal, é do país e tem que ser levado muito a sério. Não é um caso, não são dois, nem são três, temos jornais com fotografias de pessoas com 60, 70, 80 anos com as malas às costas, mas para onde? Mas nós estamos nesta fase a fazer isto ao direito à habitação? Ou ao direito ao despejo na habitação? Foi a lei que o CDS fez quando esteve com o Governo e agora o senhor está a apontar o dedo ao desenvolvimento, à cidade, a todos menos ao culpado.

Vamos pôr as coisas no sítio, os senhores fazem leis iníquas. Pelo facto de serem leis, temos que as cumprir, mas se elas são injustas, são ilegítimas e são iníquas têm que se alteradas. É isso que eu peço aos membros do Governo, aos membros da bancada do Partido Socialista na assembleia, do PSD na Assembleia da República e da CDU também, pois, com certeza que tem propostas para isso, o Bloco de Esquerda tem propostas para resolver este tipo de iniquidade.

Apelo aos deputados, autores dessa lei, que ponham a mão na consciência e aos deputados que agora estão em maioria, que podem formar uma maioria, que revogue essa lei e esses aspetos da lei do arrendamento e que o faça urgentemente, porque não podemos estar a assistir a uma quase degradação voluntária do direito à habitação neste país.

Não podemos ficar indiferentes a isso, é uma questão de cidadania. Setúbal, município, câmara está disponível para apoiar todas as pessoas vítimas desta situação e tentar sistematizar, enfrentar e apoiar até juridicamente, se nos for possível esse caminho, para tentar travar alguma situação dessas.

Não podemos ficar passivos a olhar para isto, todos temos responsabilidade, se andamos aqui, porque nos elegeram para representar o povo, temos essa obrigação de dar resposta a problemas que são os políticos que os inventaram, isto foi uma má solução para a política de habitação, foi inventada por maus decisores e tem que se corrigir.

**Pedro Vieitas (PPD/PSD)** – Dizer que é verdadeiramente os problemas que têm trazido e que traz o desenvolvimento, e ainda bem, é também os problemas da especulação imobiliária, como todos temos bem presente. Infelizmente, muitas vezes também são apanhados, neste caso aqui o senhor Fernando Camolas que veio aqui expor a sua situação e são também eles prejudicados por esta especulação imobiliária, por esta bolha imobiliária que vai havendo.

Não podemos esquecer que o desenvolvimento, por exemplo, em Lisboa levou também a que a CGTP vendesse, de forma especulativa, sedes de sindicatos, tendo conseguido mais de 10 milhões de euros de património, ou seja, tudo o que é especulativo também atinge aqui.

Temos que ser sérios e temos que ser sérios na discussão, porque as bolhas especulativas imobiliárias também são aproveitadas por aqueles que dizem que não aproveitam a especulação. Tivemos o caso agora da CGTP, tivemos o caso do Robles do Bloco de Esquerda e temos por aí mais, por isso sabemos muito bem que é um problema que vem com fundos de financiamento de especulação, mas é também o lado da moeda da evolução e da melhoria de condições de vida das pessoas e das cidades.

**João Luz (CDU)** – Sobre estas questões laterais não me irei pronunciar, é assim uma discussão típica de Correio da Manhã e julgo que a Assembleia Municipal não é o espaço próprio para este tipo de provocação mais popularucha e devíamos evitar e vou tentar não dar resposta.



Mas a propósito deste conjunto de matérias, estamos aqui a falar como se não houvesse iniciativa, como se não existisse proposta sobre esta matéria e como se a Assembleia da República não se tivesse pronunciado recentemente sobre estas questões.

Recordo que, no dia 18 de julho de 2018, a proposta de lei do PCP para a revogação de alteração do regime jurídico do arrendamento teve a seguinte votação: votos contra do PSD (certamente para proteger a especulação imobiliária da CGTP) e do CDS-PP, a abstenção do PS e os votos favoráveis do Bloco de Esquerda, do PCP, do PEV e do PAN. É só para colocar esta informação em cima da mesa, porque parece que estamos a falar aqui no ar como se não existisse reflexão, trabalho, proposta sobre estas matérias.

**Presidente da Mesa** – Não havendo mais intervenções, eu quero agradecer a participação dos senhores munícipes nesta sessão da Assembleia Municipal, porque ao trazer aqui as questões que se passam na vida das pessoas, leva também a que esta Assembleia, a Câmara Municipal, os senhores deputados e os senhores vereadores possam tomar melhor consciência, possam debater e confrontar aqui essas realidades com que os cidadãos se confrontam no seu dia a dia. Por isso muito obrigado pela vossa participação.

#### **IV – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

##### **1. Deliberação n.º 19/19 – Proposta n.º 01/2019 – GAP – Transferência de Competências para as Autarquias Locais**

**Antonieta Saragoça (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável, por maioria, com 6 votos a favor, 4 da CDU, 1 do BE e 1 de AC, 2 votos contra do PS e 1 abstenção do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 8.

**Jerónimo Lopes (CDU)** – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer favorável por maioria, com 6 votos a favor, 5 da CDU e 1 PAN, 3 votos contra do PS e 1 abstenção do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 9

**António Dias (PS)** – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais emitiu parecer favorável, com 4 votos a favor, 3 da CDU e 1 do CDS, 2 votos contra do PS e 1 abstenção do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 10

**José Luis Barão (PS)** – Mais do que discutir uma questão constitucional, é uma questão político-partidária a questão que nos move quando discutimos a descentralização, é o foco na prestação do melhor serviço às populações, acentuando a responsabilidade da gestão pública através da proximidade dos centros de decisão às populações. Esta é a questão que deve estar acima daquilo que é a discussão partidária. O desafio já não é discutir quais é que são as opções de cada um dos partidos relativamente à descentralização, é uma questão de cumprimento do dispositivo legal, cumprimento dos desígnios da descentralização, o desafio é imediato, não é um desafio que se possa adiar para a véspera do cumprimento obrigatório da lei em 2021. Este é um trabalho conjunto de negociação permanente, num processo que foi conduzido durante três anos pelo Governo, mas que esteve obviamente na Associação Nacional de Municípios Portugueses sempre numa posição negocial séria, abarcando os vários



partidos que compõem o arco da Associação Nacional de Municípios, os partidos mais estruturantes do poder local PSD, PS e CDU.

Nesta fase o que interessa dizer é que o Poder Local tem neste momento um voto de confiança das instituições, têm um profundo voto de confiança do senhor Presidente da República, do Governo e do Parlamento, o Poder Local fez por merecer esse voto de confiança. Em mais de 40 anos de Poder Local houve uma evolução muito positiva e o país deu um salto imenso em vários domínios desenvolvidos pelas autarquias locais e Setúbal não é nenhuma exceção relativamente a esta matéria. Nesta fase chegámos a um ponto em que o senhor Presidente da República através da promulgação dos diplomas e dos decretos-lei sectoriais validou todo o processo legislativo e também o entendimento sobre aquilo que são as matérias de natureza financeira.

O que é importante nesta fase é que a Câmara Municipal de Setúbal e os demais municípios envolvidos preparem os seus serviços ao nível da gestão, da fiscalização e dos regulamentos. Importava por isso que a Câmara Municipal através do seu executivo nos fizesse uma avaliação relativamente ao ponto de situação destas áreas que acabei de focar. O gradualismo que está previsto na lei e que resulta de um consenso parlamentar entre o PS e o PSD, não pode ter como efeito (acho que isso todos tenderemos a concordar) deixar tudo para a última hora. A lei nesta fase é uma inevitabilidade, porque já está em vigor, os vários decretos vão entrando em vigor e como tal o Poder Local tem que estar preparado para o seu exercício e esta é uma grande oportunidade para o Poder Local provar uma capacidade de salto para uma segunda geração de políticas locais, uma vez que é a oportunidade de ouro para uma gestão integrada do território, seja ao nível do acesso aos fundos comunitários, seja ao nível do património imobiliário público, dos jogos de fortuna e azar, das vias de comunicação, da gestão de praias.

A Câmara Municipal de Setúbal ao longo deste mandato e do anterior deu alguns sinais positivos relativamente a esta matéria, inclusivamente em propostas de regulamento que fez anteriormente e também da própria organização interna, que hoje vamos discutir, com uma justificação relativamente às matérias, que a descentralização motiva uma reestruturação de organização interna e motiva alterações de regulamentos. No entanto esse sinal de expectativa acabou por gorar-se com a aprovação desta proposta. De qualquer forma era importante que a Câmara Municipal de Setúbal, nesta assembleia fizesse um balanço sobre aquilo que é a experiência na gestão das praias, a experiência relativamente aos acordos que celebrou para desafetação de património público com instituições públicas da Administração Central ou do setor empresarial do Estado e que fizesse uma avaliação nesta fase, que permitisse uma certa forma de aprendizagem e de passagem para um outro nível.

É aquilo que se espera da prestação de um melhor serviço aos munícipes. Espera-se que todos os partidos nesta assembleia tenham a capacidade de criar essas plataformas de entendimento, estou certo que teremos oportunidade de voltar a este assunto em futuras assembleias municipais, até, porque o desígnio de todos os deputados desta assembleia é para que haja um aumento da qualidade na prestação dos serviços públicos, garantindo que a capacidade de decisão pública da Câmara Municipal tenha um efeito benéfico para as suas populações. É para isso que a bancada do Partido Socialista se oferece para estes trabalhos e para a discussão.

**João Viegas (CDS-PP)** – Depois de ouvir o José Luis Barão a representar a bancada do Partido Socialista quase que ponderei eventualmente mudar o meu sentido de voto, porque aparentemente o Governo tratou de tudo, esteve três anos a preparar todos estes diplomas, a lei está promulgada. Depois há aqui uma acusação “*não faz sentido deixar tudo para a última*



hora”, acontece que o Partido Socialista tem deixado tudo para a última da hora. Em setembro pronunciamos-nos sobre a lei 50/2018, sem termos informação e neste momento continuamos a não ter uma informação e uma regulamentação, em relação a montantes concretos que irão ser transferidos, em relação a serviços concretos a transferir da administração direta ou indireta do Estado, em relação a recursos humanos que serão afetos às autarquias locais e em relação ao património a transferir. No Orçamento de Estado foi criado o Fundo de Financiamento da Descentralização, mas essa norma do Orçamento de Estado não foi aprovada, neste momento há um fundo, mas não se sabe exatamente que verbas é que são utilizadas.

Face a toda estas incertezas, tudo isto parece-me prematuro, por isso votarei favoravelmente esta proposta do executivo, porque mais uma vez não vejo neste momento condições para que as autarquias aceitem esta descentralização. Isto não é transferir competências, isto é pura e simplesmente empurrar transferências para as autarquias. Temos que analisar isto, porque é uma responsabilidade muito grande.

O Governo não tem querido ouvir não só a Associação Nacional de Municípios, nem perceber que há uma realidade muito diferente em termos territoriais no conjunto dos municípios portugueses, quais os que têm ou não condições para aceitar determinadas transferências e determinadas competências. Deve ser feito um trabalho sério por parte do Governo do Partido Socialista, criando alguma abertura.

Não vejo neste momento qualquer razão para alterar o meu sentido de voto em relação àquele que tive em setembro de 2008, porque não faz sentido neste momento estar a aceitar esta transferência de competências.

Foram publicados os tais onze decretos-lei e a análise de cada um desses decretos-lei também seria importante fazermos numa outra sessão da assembleia, para percebermos em cada um dos casos qual é a posição em relação ao município de Setúbal, se estamos mais próximos ou mais afastados para podermos aceitar a transferência dessas competências. Por exemplo, foi referida a questão do domínio das praias e essa é uma competência que a autarquia já tem, não exatamente nos moldes que está previsto no decreto-lei, mas que faz sentido de aprofundar, por isso, acho que esse também deve ser um trabalho que devemos fazer.

**Vítor Rosa (BE)** – Dizer ao deputado José Luís Barão que o foco tem que ser a política, porque é uma decisão política que foi tomada com esta lei, uma vez que vão ser tomadas decisões que terão reflexos diretos na população, por isso não nos podemos desviar do foco político. Esta descentralização, tal como está configurada nestes diversos diplomas legais já publicados viola o próprio princípio constitucional, da subsidiariedade, agravando as assimetrias regionais, uma vez que aquilo que está aqui é municipalização de competências nesta matéria. Neste caso não se pode comprometer a universalidade e a igualdade no acesso das diversas populações aos serviços prestados nas diversas áreas a transferir, procurando evitar que tal acesso seja posto em causa, face a uma diferenciação de resultados de diversas opções locais no exercício de tais competências.

Todo este processo vai promover a desresponsabilização do Estado em funções sociais de âmbito universal, porque esta é uma questão política, vai desresponsabilizar o Estado na função social de âmbito universal como a educação, a saúde, a cultura, aliada à falta dos meios técnicos e humanos para efetuar com as inerentes dificuldades orçamentais, para suporte de tais competências.

Deste ponto de vista, nós não podemos de forma alguma passar cheques em branco.



**João Luz (CDU)** – Relativamente à questão da transferência de competências e à proposta que temos para deliberar, há alguns considerandos que não podemos deixar de fazer, acompanhando outras opiniões, das quais permitam-me destacar o conjunto de riscos associados à legislação agora em vigor, que foram enunciados pelo Presidente da República no ato da homologação, entre eles o inerente risco desta transferência poder ser interpretada como um mero alijar de responsabilidades do Estado, a preocupação com o não agravamento das desigualdades entre autarquias locais, a exequibilidade do aprovado sem riscos de indefinição, coincidência imediata no rigor das finanças públicas, o afastamento excessivo do Estado de áreas específicas em que seja essencial o seu papel, sobretudo olhando à escala exigida para o sucesso de algumas intervenções públicas, o conjunto de preocupações e de riscos associados a esta lei que só por si, demonstram os perigos que estão envolvidos na matéria que estamos a discutir. O Partido Socialista mais uma vez numa matéria estruturante, numa matéria de reorganização da estrutura do Estado, afirmando-se um partido de esquerda optou uma vez mais por fazer esta reforma aliado ao Partido Social Democrata. Nesta matéria o Partido Socialista insistiu num caminho, que é o de descentralizar sem concretizar a criação das regiões administrativas previstas na Constituição da República Portuguesa e sem que colocasse em cima da mesa a reposição das freguesias que foram liquidadas contra a vontade das populações.

Neste processo de descentralização é necessário numa primeira fase encetar medidas de recuperação da capacidade financeira dos municípios e da sua plena autonomia, facto que é um requisito indispensável para o exercício pleno destas atribuições e das atribuições futuras previstas no quadro de uma verdadeira descentralização para os municípios. É preciso garantir que esta transferência de novas competências não comprometam os direitos e funções sociais do Estado, designadamente no que diz respeito à sua universalidade e sejam acompanhadas pelos meios financeiros adequados e não um pretexto para a desresponsabilização do Estado, por via de um subfinanciamento que o atual processo institucionaliza. Utilizando as palavras do membro desta assembleia José Barão sobre esta matéria, é por entendermos que o Poder Local democrático merece confiança, entendemos que nesta matéria, com a complexidade das alterações que estão a ser produzidas, isto não pode ser feito num quadro de aventureirismo, mas num quadro de responsabilidade na situação concreta do município de Setúbal. É preciso tempo para avaliar este processo e os seus impactos no município, é preciso avaliá-los no quadro dos serviços, é preciso avaliá-los no quadro das condições financeiras do município, para se levar a cabo estas novas atribuições e competências. Esse é um dos principais problemas que identificámos, ser pedido aos municípios para decidir quando o quadro completo das condições para a decisão do exercício das competências ainda não está definido. Estar a exigir que os municípios e os eleitos no conjunto das autarquias e aqui nesta assembleia deliberem sobre uma matéria que tem esta importância e esta complexidade, sem terem disponível o conjunto de dados necessários para o exercício destas competências, parece-nos irrazoável e só se tivéssemos uma posição aventureira nesta Assembleia Municipal é que não acompanháramos a deliberação da Câmara Municipal, adiando este processo de transferência de competências no município. É conhecido por todos que o processo tem vindo a ser desenvolvido de consolidação orçamental do município, da estrutura em termos de recursos humanos dos serviços e daquilo que irá ser necessário ao nível do Departamento dos Recursos Humanos, para conseguir acolher o conjunto de pessoas expectáveis num quadro de transferência, onde está previsto que sejam transferidas para o município responsabilidades em matéria de contratações e gestão de recursos humanos, bem como a questão do desconhecimento dos meios financeiros a transferir.



Aquilo que estamos hoje a definir, e este é o elemento que importa ter em consideração, é se o município está em condições ou não de em 2019 assumir esta transferência de competências. A bancada da CDU considera e a Câmara Municipal já deliberou nesse sentido, que essas condições não estão reunidas por tudo isto que foi aqui colocado. Não conhecemos o quadro de meios financeiros a transferir, não aceitaremos transferências de competências subfinanciadas. Foi dado um bom exemplo na intervenção do Partido Socialista sobre esta matéria. O município tem estado disponível para num conjunto de matérias em concreto, num quadro da sua relação com a Administração Central, conhecendo e definindo aquilo que são os meios a transferir e as competências em concreto para que possamos assumir essas competências. Não temos nenhum quadro contrário a um processo de transferência de competências, mas entendemos que ele tem que ser sério, tem que ser razoável e temos que conhecer todos os dados. Não conhecer todos os dados e aceitá-lo seria uma irresponsabilidade que não estamos disponíveis.

**Eduardo Pinto (PPD/PSD)** – Sobre esta matéria já muito se disse nesta assembleia e a bancada do PSD tem uma declaração para fazer. Isto impera uma necessidade de fazer um ponto de situação de tudo o que tem vindo a acontecer desde o início deste processo.

As autarquias locais desempenham um papel indispensável no processo de crescimento económico do país, na coesão social e territorial. Muito daquilo que o país é hoje deve-o aos seus autarcas, o poder local pode e deve ser progressivamente ampliado e a descentralização prossegue esse fim. O PSD partido do Poder Local sempre teve uma visão reformista do Estado assente numa Administração Pública descentralizada. Em nome do interesse nacional o PSD assinou em 18 de abril do ano passado um acordo genérico com o Governo em torno dessa mesma descentralização, o qual pressupunha que até ao final de julho desse ano, o parlamento aprovasse a Lei Quadro da Descentralização e uma nova Lei de Finanças locais. Assim aconteceu, mas pressupunha que, em igual período o Governo aprovasse os decretos-lei sectoriais e os envelopes financeiros associados a cada autarquia, com a identificação das verbas por área de competências a transferir, de modo a que estas, até ao dia 15 de setembro, deliberassem se aceitavam exercer as novas competências no ano 2019. O Governo não cumpriu a sua parte, na presente data apenas parte deste diploma estão promulgados. Ao fim de três anos a descentralização de competências é uma miragem. De igual modo, o Governo devia ter inscrito no Orçamento do Estado para 2019, os recursos financeiros a atribuir às autarquias locais e entidades intermunicipais para a prossecução das novas competências, cujo os montantes devem constar do fundo de financiamento da descentralização, o Governo também não cumpriu com essa obrigação legal, inscrevendo apenas uma norma a qual previa que os montantes a transferir para esse fundo e os seus reforços fossem assegurados em 2019 por mero despacho dos membros do Governo, essa pretensão foi rejeitada por expressiva maioria em sede de votação na especialidade da proposta de Orçamento do Estado para 2019. Chegados aqui constata-se que o Governo não cumpriu atempadamente com que se comprometeu e nesta data ainda as autarquias não sabem efetivamente como serão financiadas as competências que venham a receber. Perante o exposto, não podemos defender que as competências sejam descentralizadas no prazo definido legalmente nos diplomas aprovados e publicados, mas e por ser demais conhecido o pendor reformista do PSD, e nesta matéria da descentralização de estarmos de acordo com a mesma, não podemos votar a favor de uma proposta que apesar do texto inócuo, esconde a verdadeira posição defendida pelo PCP, que é o de ser contra a descentralização de competências, para assim poder continuar a culpar os sucessivos Governos da República das insuficiências que apresentam nos municípios que dirigem.



Assim o voto naturalmente será de abstenção.

**Suzel Costa (PAN)** – Já foram publicados os primeiros diplomas sectoriais de transferência de competências, contudo os diplomas respeitantes à transferência de verbas financeiras para a execução das mesmas competências ainda aguardam a aprovação e ao contrário do referido no ponto 2, do artigo 5, da Lei 50/2018, desconhece-se o montante do fundo de financiamento da descentralização, dado que não foi inscrito no Orçamento de Estado para este ano.

O PAN não vai votar favoravelmente a aceitação da transferência de competências para o município de Setúbal, enquanto os diplomas legais que transferem as verbas previstas para a execução das mesmas não forem publicados. Não é expectável que as autarquias tenham novas obrigações sem estarem devidamente compensadas financeiramente para o seu desempenho.

O PAN não é contra a descentralização democrática da Administração Pública, mas à forma, conteúdo e modelo adotado para a sua implementação. Além disso, a atribuição de competências de gestão aos presidentes da câmara e aos municípios e em simultâneo a atribuição de competências de fiscalização aos mesmos autores, configuram um conflito de interesses na gestão de políticas nacionais e do bem comum. Queremos serviços públicos de qualidade é certo, mas também os queremos transparentes e fiáveis. Matérias como a saúde pública, a proteção animal, o ambiente e o ordenamento território devem estar sob a tutela da Administração Central.

Ainda que o PAN não acompanhe na parte dos considerandos o executivo municipal, os considerandos do eleito João Luz, matéria ideológica com o qual não nos revemos e que consideramos positivos os processos que vão desburocratizar o Estado e aproximem os serviços das populações, estes não podem comprometer os serviços e, por conseguinte, o direito das populações.

Ainda assim e em termos de reflexão gostaríamos de ter ouvido por parte do executivo a sua opinião, fundamentada em factos e números, mesmo provisórios, relativos à aceitação ou recusa de cada um dos diplomas em concreto, em vez de uma recusa em bloco.

**Vice-Presidente da Câmara** – Aproveitando a solicitação da justificação da proposta pela senhora deputada Suzel, de referir que não temos apenas aqui uma deliberação de aceitar ou não aceitar para este ano, temos a obrigação de encarar a situação como um debate mais profundo para a estrutura do Estado no nosso país, porque é isso que está em causa. Pretendemos a descentralização e demonstramo-lo diariamente, e nesta sessão há mais uma proposta que foi acordada e negociada pelo município, a transferência de uma responsabilidade que pertencia à Administração Central sobre um troço de estrada, assumimos as responsabilidades das praias antes da lei ser publicada, negociámos as condições da própria estrada da Figueirinha, não enjeitamos todas as hipóteses que possam surgir para fazer melhor, quando o Estado não o faz. Não há dúvida?

Resfriou-me um pouco ao ouvir a primeira intervenção nesta assembleia, porque temos nesta assembleia o privilégio de ter um deputado que está na “*casa das máquinas*” das decisões em matéria administrativa, o ministério onde o senhor deputado presta serviço à nação, porque aquilo que disse foi tão próximo do zero, que fiquei em dúvida se o que se pretende com estes diplomas e com este processo é descentralizar ou se é apenas provocar, a 66% dos municípios deste país que têm menos de 20 mil habitantes, a sua inviabilidade.

O nosso Estado é um edifício de três andares, tendo na parte de baixo as nossas freguesias e municípios, depois num segundo piso tem as regiões autónomas e onde cabia os antigos Governo Cívico que atualmente já não existem, o que significa que o andar do meio está

completamente desamparado e está quase a deixar a abater o terceiro piso, que é onde está o Estado Central, que por sua vez está a despejar mobiliário para o rés-do-chão, que é o mobiliário de garantia de todas as políticas sociais do Estado. Esta solução e este arrepio de ouvir aquele pouco que disse de concreto ou quase nada por parte do senhor deputado José Luís Barão, para justificar que apenas interessa publicar diplomas e que o futuro será brilhante se eles forem publicados. Fiquei preocupado, porque isto foi dito por alguém que acompanha o miolo das decisões. É um discurso político do início de uma campanha eleitoral! Como não estão previstas campanhas para as autárquicas, significa que isso é o modo de estar na “*casa das máquinas*” das decisões da política administrativa do país.

Não há uma verdadeira razão para efetivar a descentralização! Há a criação de condições para daqui a dois ou três anos se verificar que a maior parte das autarquias deste país são inviáveis e não conseguem cumprir as funções que o Estado lhes deu.

Aquilo que chamou de confiança não é confiança, é atirar responsabilidades para as autarquias. Confiança do senhor Presidente da República, confiança da Assembleia, confianças do Governo, toda a gente deposita confiança nas autarquias, mas não lhes dão os meios para exercer responsabilidades que lhes atiram para cima. Porquê?

A lista de todas as escolas certamente que é para encher páginas no Diário da República, porque nós sabemos muito bem quem são as escolas que estão em incumprimento!

Qual é o valor para acudir a essas escolas para as fazer funcionar? Isto é normal?

Saiu no Diploma o seguinte: “*Se houver disponibilidade no Orçamento de Estado, mas se não houver vai no ano seguinte ou vai no outro*” O que é isto?

Isto é atirar para nada, é atirar borda fora as responsabilidades do Estado!

Havendo este problema, começo a suspeitar que é uma intenção oculta da política atual deste Governo, de fazer aos municípios o mesmo que fizeram às freguesias, mas com outro método, pela evidenciação da sua inviabilidade.

Dentro de dois ou três anos, o que se vai verificar com as câmaras com menos de 20 mil habitantes, que são cerca de 66% das câmaras deste país?

Como é que as câmaras do interior estão a tratar de infraestruturas?

As infraestruturas de comunicações, águas e saneamento, de eletricidade, as infraestruturas da saúde, da habitação pública que é preciso propiciar aos cidadãos deste país e que a Constituição manda.

Curiosamente quando fala em habitação, nunca perguntam “*O que é que o Estado faz para responder às barracas?*” ou “*O que é que faz o IRU e o que é que faz a Segurança Social?*”.

Em relação à Quinta da Parvoíce o seu colega de bancada virou-se para a câmara e não se virou para a Segurança Social! Porquê? Os senhores não têm Governo?

Há aqui uma questão de princípio, que é a desestruturação das funções sociais do Estado e isso justifica que digamos a todas “*Não!*”. Sem que hajam negociações e condições!

Onde estão os estudos que os senhores prometeram que vinham justificar estes diplomas?

O Governo apresentou algum?

Sabe-se qual é a estrutura duma Câmara Municipal da nossa dimensão com cerca de 100 mil habitantes, de uma Câmara Municipal com uma dimensão de 500 mil habitantes ou de 50 mil habitantes e o que devem ter para responder às competências que são atribuídas?

São todas por igual?

A Câmara de Cabeceiras-de-Baixo têm a mesma necessidade de estrutura para dar resposta a competências que são transversais?

As competências que são iguais para todos e que obriga a tratar dos centros de saúde, das escolas, das estradas. Com que meios passam a ter toda essa responsabilidade?

Quando os municípios além dos meios que o Governo não dá, só podem somar aos meios financeiros que não têm, como é que cumprem as competências?

O que está em causa é uma destruturação do Estado e o aniquilar das funções sociais que os portugueses têm vindo a depositar no Estado. Quem não percebeu isto ainda do lado do partido do Governo, devia começar a pensar seriamente nisto e ver se não há razão para arredar pé. É preciso haver condições técnicas e financeiras atribuídas às câmaras.

São os técnicos dos ministérios que vêm para as câmaras?

São os técnicos das direções gerais que vão ser distribuídos para as autarquias?

A competência técnica que existe nos ministérios vai ser distribuída de igual forma por todas as autarquias? Claro que não! Se isto acontecesse essas pessoas ficariam emprateleiradas nos ministérios até atingirem a reforma, a serem pagas pelo erário público e depois outros técnicos teriam que ser recrutados para as câmaras.

Já estudaram o impacto tal como prometeram e não o fizeram, do acréscimo de encargos que isso vai ter para o contribuinte?

Na última reunião do executivo, com algum deslante, um vereador do Partido Socialista questionou o executivo “Onde é que estão os estudos, para vocês dizerem, não?”.

Na realidade o Governo não apresentou os estudos para nós dizermos, sim! É pouca seriedade! O que está aqui em causa é mais do que dizer sim ou não à descentralização destas competências de forma sectorial, estamos a discutir e a tomar uma posição sobre a destruição das funções sociais do Estado e é neste sentido que o executivo propõe à Assembleia Municipal uma rejeição completa deste quadro, em que não há condições apresentadas de viabilidade e de execução técnica/financeira destas competências.

Não nos podem colar a uma posição seguidista, absolutista ou do contra, porque consta no último parágrafo antes da parte decisória: “Os decretos-leis sectoriais, entretanto publicados, obrigam as autarquias com novos prazos, retomar novamente posição sobre a recusa de transferência de competências nos termos previstos”.

Obrigam, fazem a lei, mas é ilegítimo! Porque a Lei-Quadro já dizia qual era o prazo para a rejeitar e já tinha sido rejeitada! É por isso que reiteramos a fundamentação que foi apresentada na primeira deliberação. O próprio Governo está a legislar contra a lei da Assembleia da República, fazendo um decreto que contraria a Lei-Quadro, significa que o Governo não está a respeitar as próprias leis da nação.

Tudo aquilo que aprovámos com o Governo foi em função das negociações e condições existentes. Lembro que a Estrada da Figueirinha esteve durante muitos anos num determinado impasse, até que chegámos às condições que considerámos ser suficientes só depois é que aceitámos e tomámos a responsabilidade, significa que não enjeitamos descentralização, aquilo que pretendemos é a descentralização com condições.

Aquele patamar intermédio do edifício do Estado que há pouco referi, aquele 2.º piso, não pode ficar com os pilares de fios pendurados, tendo apenas regiões autónomas “Madeira e Açores”, têm que ficar com os outros pilares que são as regiões administrativas, para que a gestão das infraestruturas que são supramunicipais, com muitas atividades que são estruturantes de modo de funcionamento entre o Estado e a autarquia, tenha que ser completado. Se não se aceitar isso e se não se perceber isso, o edifício do Estado continuará sempre coxo e não é benéfico para ninguém, nem é para os partidos que estão na Assembleia da República, nem para os que estão no Governo, sobretudo não é benefício para os portugueses. O edifício do Estado está decapitado, tem pilares enfraquecidos, têm os ferros à mostra neste segundo patamar que é a regionalização.

Se houver condições bem definidas, bem claras que viabilizem a execução dessas competências, nós cá estaremos para as assumir, tal como demonstrámos até agora.



Apelo a que ponderem bem naquilo que estamos a fazer, no debate político que tem que ser colocado no sítio onde ele é perigoso, que é a destruição do Estado social. Não permitam isso! Este é o apelo que vos deixo!

**José Luís Barão (PS)** – Espero que o tempo que resta ao senhor Vice-Presidente, consiga também transmitir à Assembleia Municipal aquilo que é a reflexão sobre a aplicação dos protocolos e dos acordos que referiu anteriormente, porque é um elemento importante para esta assembleia conhecer a forma como têm sido desenvolvidos esses protocolos. Era importante ultrapassar essa falta de confiança e de autoconfiança que o executivo demonstra relativamente ao exercício de competências na descentralização. Era um bom passo fazer a aprendizagem daquilo que é uma delegação de competências, que é de alguma forma temporária para a passagem de um exercício de competências definitivo e de modo próprio.

As autarquias são Estado, as autarquias gerem o Estado como qualquer outra entidade, mas com um peso reforçado, porque são eleitos diretamente pelas populações, por isso têm uma legitimidade reforçada. O que esperam de nós é que saibamos exercer essa legitimidade reforçada e é nessa qualidade, que eu como eleito local aqui estou e não como operário da “*casa das máquinas*”.

Relativamente à parte do consenso que foi atingido na Associação Nacional de Municípios não foi só sobre o teor dos decretos-lei. A Associação Nacional de Municípios delibera através dos seus órgãos, que são compostos por pessoas dos vários partidos, delibera por unanimidade e não delibera por maioria. Transmitiu a ANMP, que é um órgão institucional e responsável, que foram apresentadas garantias de que as normas financeiras do Orçamento do Estado para 2019 era garantia que bastava para a prossecução da descentralização.

O senhor Presidente da República insuspeito nesta matéria, porque não é do Governo, também disse que bastava não só o Orçamento do Estado, mas também a garantia da existência do decreto-lei da execução orçamental que poderá ultrapassar todas as dúvidas relativamente a esta matéria. Aquelas que são a transferência de competências que estamos a tratar atualmente nesta Assembleia Municipal, são essencialmente transferências de competências que não acarretam qualquer espécie de transferência financeira, mas sim, transferência de potencial receita. Na essência é isto, jogos de fortuna e azar, licenciamentos nas praias.

Os senhores vereadores estão muito nervosos, têm que ler com atenção os decretos-lei e quem sabe para 2020 fazer uma outra ponderação.

Falando de garantias financeiras, vamos ver o protocolo que foi assinado entre o município de Setúbal e a Agência Portuguesa do Ambiente, relativamente à gestão de praias, refere na cláusula sexta: “*O presente protocolo não envolve qualquer tipo de contrapartidas financeiras entre as duas partes*”. Os senhores vereadores certamente ficariam melhor servidos com uma garantia de receitas que é referida no decreto-lei da gestão de praias. Qual é que é a visão da Câmara Municipal sobre este assunto?

Este processo não é um processo que não resulte negociação, tal como referiu o Vice-Presidente, é um processo amplamente negociado, é um processo que levou pelo menos 30 anos desde o último grande movimento de descentralização no país e é um processo que garante a participação de todas as entidades, não é imposto tal como outros o foram sem discussão, é o resultado de um trabalho conjunto com a Associação Nacional de Municípios.

Não estou tão pessimista como o senhor Vice-Presidente e tenho a profunda convicção que as instituições vão funcionar, que a descentralização e estes decretos-lei vão ser aplicados.

A maioria dos municípios dá sinais positivos da sua aplicação e sem ser aqui profético como foi o senhor Vice-Presidente, teremos certamente um Estado mais equilibrado e mais descentralizado para futuro e estamos disponíveis para outros debates, que certamente viremos





a ter relativamente a outras matérias, com outra densidade, com outra informação, porque essas sim, têm uma componente bastante mais capilar do que estas que agora estamos a discutir.

**João Luz (CDU)** – Relativamente a esta última intervenção e às questões da Associação Nacional de Municípios, dizer que no âmbito do conselho diretivo da Associação Nacional de Municípios, as posições não têm sido tomadas por unanimidade, têm sido assumidas por maioria, tendo os eleitos do PCP, nesse órgão votado contra. Há uma coisa que foi consensual e foi aprovada por unanimidade, basta consultar o site da Associação Nacional de Municípios, que é a exigência da Associação Nacional de Municípios, em janeiro deste ano, ao Governo e aos partidos políticos com assento na Assembleia da República, que clarifiquem qual o procedimento legal que garanta o financiamento do processo de descentralização em curso, devendo esta qualificação ser efetuada antes da publicação e entrada em vigor dos restantes decretos-leis sectoriais. Aquilo que a Associação Nacional de Municípios está a dizer, é aquilo que esta bancada esteve a dizer ao longo deste debate, aprovar e aceitar um processo de transferência de competências sem conhecer os meios que lhes estão associados é uma irresponsabilidade.

**Vice-Presidente da Câmara** – Não queria deixar de responder ao repto do senhor deputado José Luís Barão sobre a nossa avaliação de mérito. O município de Setúbal não tem uma visão oportunista de relações institucionais, trabalha no quadro legal que existe, mesmo que não concorde com ele, que é precisamente aquilo que hoje estamos a fazer. Consideramos que não é legítima a relação com os novos prazos que foi dada, contrariando a lei-quadro, na realidade estamos a cumpri-la, reconhecendo que não é legítimo ou que é errada a legislação nós estamos a cumpri-la. Nós negociámos no quadro da legislação anterior e quem não negociou durante muitos anos, nomeadamente em relação às praias, foram os Governos do PS e do PSD.

Há municípios ricos e há municípios pobres, Cascais, Oeiras e Lisboa têm orçamentos milionários comparado com Setúbal, Santarém, Évora, Estremoz e todos os municípios das cidades médias, com poucas receitas dependem da receita dos fundos municipais que não tiveram no orçamento expresso. Conforme a lei quadro previa, o fundo de financiamento da descentralização não está lá, e aquilo que os senhores por artes mágicas, lá na central “*casa das máquinas*” estão a pensar resolver por lei de execução orçamental, vai gerar inevitavelmente e vai concorrer para aquela razão oculta que pode haver por detrás disto. Vamos demonstrar que na prática há muitos municípios inviáveis, porque os municípios sem essas receitas que vêm dos fundos municipais, vão ser completamente incapazes de responder a estas competências e vão-se tornar desnecessários. É este princípio da igualdade que não garante da universalidade da aplicação e uniformidade da aplicação das condições da lei em todo o país, que é outra das consequências desta falta de apoio. A Lei das Finanças Locais não compensa. O município de Lisboa tem mais receitas que muitos dos ministérios, o município de Oeiras ou de Cascais são municípios que têm muita receita e não precisam dos fundos do Estado, não precisam dos fundos municipais. São casos de exceção, porque a grande maioria dos municípios não têm meios financeiros para dar resposta a isto e isso vai pôr em crise este princípio da igualdade e a impossibilidade de uma aplicação universal da lei e das condições para assegurar as funções sociais do Estado.

Esta é a razão da recusa!

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 23 votos a favor, 18 da CDU, 2 do BE, 1 do PAN, 1 do CDS-PP e 1 de AC, 9 votos contra do PS e 4 abstenções do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 11.

**Silvana Paulino (BE)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Defendemos que a transferência de competências para as autarquias locais não pode agravar as desigualdades territoriais e deve ocorrer apenas nas áreas em que os municípios estejam em melhores condições de assegurar o respetivo exercício. E não será admissível qualquer desresponsabilização do Estado central nas funções sociais de âmbito universal como a Educação, Saúde e Cultura. Considerando que: O processo de transferência de competências na sequência da publicação da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto tem sofrido significativos atrasos na concreta definição das matérias a transferir e o montante do financiamento a atribuir a cada uma das autarquias locais, elemento fundamental no processo, que permanece desconhecido; Embora a descentralização democrática da administração pública constitua um dos princípios fundamentais da organização e funcionamento do Estado (art.º 6.º, n.º 1 da CRP), a Lei n.º 50/2018 resultou dum acordo apenas entre o governo PS e o PSD e que a sua aprovação pela Assembleia da República teve a discordância de todas as outras forças políticas. Nos termos da Constituição, a descentralização administrativa tem que visar, entre outros objetivos, o reforço da coesão territorial e social, devendo traduzir-se numa justa repartição de poderes entre o Estado e as autarquias locais para assegurar melhores políticas públicas e a resolução dos problemas das pessoas e dos territórios e que essa transferência de competências para as autarquias locais deve ser sempre acompanhada dos adequados meios humanos, patrimoniais e financeiros; Nunca se poderá aceitar que as autarquias locais, invocando insuficiência de meios humanos ou de recursos técnicos, venham a concretizar as novas competências através da sua concessão a entidades privadas, pondo em causa o acesso universal pelas populações e promovendo a degradação do serviço público. Face ao exposto, o grupo municipal do Bloco de Esquerda vota favoravelmente a proposta 001/2019/GAP, de recusa de transferência para o Município de Setúbal das competências previstas na Lei n.º 50/2018, no ano de 2019”.*

**Carlos Batista (PS)** – Apresentou a seguinte declaração de voto (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n. 12):

*“Programa do XXI Governo Constitucional apontou a descentralização como a base da reforma do Estado. Numa lógica racionalizadora e num quadro de subsidiariedade, trata-se, sobretudo, de dar cumprimento a objetivos de maior eficácia, eficiência e proximidade das políticas públicas, aproximando-as do cidadão e possibilitando-se uma maior adequação dos serviços prestados à população. Para atingir estes objetivos é necessário aproximar as decisões dos cidadãos transferindo para o âmbito da administração local mais próximo deles, um conjunto alargado de competências de serviços públicos de carácter universal.*

*Neste caminho, as Autarquias, enquanto entidades político-administrativas fundamentais na estrutura para a gestão de provisão de bens e serviços públicos, prestados numa lógica de proximidade ao cidadão e de fortalecimento do Poder Local, veem alargadas as suas competências e participação em mais de 20 áreas setoriais, tão importantes como a da saúde e a da educação.*

*Todo este processo de descentralização é concretizado numa lógica de consenso entre as áreas setoriais de Governo, responsáveis pelas entidades detentoras das competências transferidas, e com um rigoroso acompanhamento e estreita colaboração da Associação*



*Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) e da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) num longo e permanente processo de negociação.*

*A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, consagra, nos seus artigos 2º e 3º, os princípios e garantias a que obedece a transferência de competências, salvaguardando a autonomia do Poder Local a coesão territorial, garantindo a universalidade e a igualdade de acesso ao serviço público. Os mesmos princípios e garantias estão devidamente respeitados nos diplomas setoriais que concretizam as competências transferidas.*

*Os diplomas setoriais garantem a efetivação das competências referidas na medida da sua transferência, sem prejuízo de casos específicos que se mantem na administração central (ex. justiça) e os mecanismos e casos em que existem transferências de recursos.*

*A natureza das competências a transferir não afasta o Estado do cumprimento do seu papel constitucionalmente consagrado, estando previstos, nos diferentes diplomas setoriais, mecanismos de cooperação conjunta entre a administração central e a local, designadamente quanto ao planeamento e ao investimento inerentes às respetivas políticas públicas.*

*O exercício das competências transferidas é melhor garantido pelo nível de proximidade da decisão à satisfação dos interesses dos cidadãos.*

*O princípio da subsidiariedade diz-nos que os recursos devem ser alocados onde melhor possam ser geridos, acreditando-se que as competências melhor estão atribuídas ao nível local tendo em vista a eficiência dos recursos públicos.*

*Este processo é um voto de confiança no Poder Local, que nos últimos anos tem dado provas da sua capacidade de gestão dos recursos públicos, que tem contribuído para um saldo orçamental positivo e para a redução do défice público, com prazos médios de pagamento sucessivamente reduzidos.*

*Ao contrário do que alguns afirmam, neste processo está associada a transferência de poderes de administração e gestão, de fiscalização, tributários, de regulamentação, sancionatórios entre outros.*

*Também neste processo se legitimam as Autarquias, atribuindo-lhes por lei competências que, por “vocação”, muitas vezes já lhe vinham sendo acometidas. Outras são novas competências, cujo exercício a nível local é o mais adequado à satisfação das necessidades das populações.*

*Do ponto de vista financeiro, o artigo 4º, da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, prevê que a transferência das competências, designadamente a identificação e densificação da respetiva natureza, é concretizada por meio de legislação complementar, de âmbito setorial, os quais definem, entre outras matérias, a forma de afetação dos recursos, incluindo disposições transitórias adequadas à gestão dos procedimentos de transferência.*

*Neste contexto, os diplomas setoriais determinam, após pronúncia prévia dos Municípios, a publicação dos mapas com os montantes a transferir, por setor, para o ano de 2019, assegurando-se por esta via a necessária participação dos Municípios na determinação do respetivo envelope financeiro.*

*As verbas referentes ao envelope financeiro da descentralização estão já inscritas, em sede de Orçamento do Estado para 2019, nos programas orçamentais dos Ministérios respetivos.*

*Estas dotações serão, assim, transferidas para cada Município que pretenda exercer, já em 2019, as competências transferidas no âmbito do processo de descentralização.*

*Os mecanismos necessários à execução financeira dos diplomas setoriais serão expressamente previstos no decreto-lei de execução orçamental.*

*O Partido Socialista votou contra a proposta da Câmara Municipal em recusar exercer, em 2019, as competências transferidas por via dos Decretos-Lei setoriais publicados, por considerar:*



*A descentralização é um imperativo político, um imperativo jurídico-constitucional e um imperativo programático que honra a história do Partido Socialista na defesa da Autonomia Local e Regional e da importância do Municipalismo como fator de progresso económico, social e cultural da nossa Sociedade.*

*O Partido Socialista defende uma Administração Pública ágil, célere, desburocratizada e próxima dos cidadãos e das empresas. Tal desiderato só é possível de atingir através da descentralização administrativa e do reforço do poder e da administração local, da sua presença e da sua atuação, necessariamente próxima dos cidadãos e das empresas, mediante a transferência de competências dos órgãos do Estado para os órgãos das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, à luz da autonomia e da subsidiariedade.*

*Das justificações apresentadas e que suportam a proposta da Câmara Municipal - onde indevidamente se misturam um conjunto de reclamações que em nada têm a ver com a assunção de novas competências para as Autarquias Locais - constata-se que a CDU é contra o processo de descentralização, representando uma esquerda centralizadora, conservadora e tradicionalista em linha de coerência com o centralismo democrático.*

*A CDU gosta de realçar a importância da participação das populações, mas quando as populações têm a possibilidade de participar mais no controlo democrático do exercício do poder político e administrativo, como acontece, naturalmente, por efeito da descentralização, uma vez que há um conjunto de decisões que passam a ser tomadas pelos autarcas, portanto com mais proximidade, é contra e assume uma posição desfavorável.*

*Não deixa de ser, no mínimo, estranho que, quando lhe convém, a CDU elogie o Presidente da República falando nos riscos que este associou à nova Lei-Quadro e enumerando-os, como constam do ato de promulgação, esquecendo-se, porém, de afirmar que o Presidente da República defende este processo e a descentralização como princípio.*

*Por fim, o Partido Socialista ao votar contra a proposta da Câmara Municipal em recusar exercer, em 2019, as competências transferidas por via dos Decretos-Lei sectoriais publicados, defende:*

*A Câmara Municipal deve, desde já, do ponto de vista da sua estrutura organizacional, preparar-se para receber novas competências, visto que, em janeiro de 2021 elas serão obrigatórias, cf. n.º 3 do artigo 4º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. Ao não o fazer, recebendo de uma só vez todas as competências, corre o sério risco da estrutura sofrer, não estando preparada e não se adaptando às novas competências em mais de 20 áreas setoriais.*

*A Câmara Municipal deverá assumir as novas competências uma vez que resulta, da análise dos Decretos-Lei aprovados, que o Município tem condições para receber quase todas as novas competências já em 2019 e as restantes em 2020, sendo gritante e incompreensível a recusa, sem justificação, no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo; estacionamento público; habitação; instalação e gestão das Lojas de Cidadão e de Espaços Cidadão, instituição e gestão dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes e instituição e gestão dos Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes”.*

## **2. Deliberação n.º 368/18 – Proposta n.º 54/2018 – DURB/DIPU/GAMOT – Acordo de Mutação Dominial da estrada EN10-4 entre o Km 15,255 e o Km 21,072**

**Afonso Luz (CDU)** – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 9



Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 13.

**3. Deliberação n.º 10/19 – Proposta n.º 01/2019 – GAF – Adenda à proposta 2A/GAF/2017 – Contrato interadministrativo entre a Câmara Municipal de Setúbal e as juntas de freguesia do concelho para o mandato 2018-2021. Aquisição de massas asfálticas**

**Antonieta Saragoça (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 8.

**Nuno Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião)** – Esclarecer o senhor deputado Eduardo Pinto que esta proposta e a anterior provam exatamente que a CDU “*é totalmente contra as transferências de competências*”, como se pode verificar!

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 14.

**4. Deliberação n.º 20/19 – Proposta n.º 02/2019 – GAP – Alteração do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais. Definição do número máximo de unidades orgânicas flexíveis e de equipas multidisciplinares de projeto, bem como seu estatuto remuneratório**

**Antonieta Saragoça (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável, por maioria, com 8 votos a favor, 4 da CDU, 2 do PS, 1 do BE e 1 de AC, e 1 abstenção do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 8.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 32 votos a favor, 18 da CDU, 9 do PS, 2 do BE, 1 do PAN, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e 4 abstenções do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 15.

**Pedro Vieitas (PPD/PSD)** – Fez a seguinte declaração de voto: “*O Partido Social Democrata absteve-se, visto que é uma opção gestionária dos serviços da Câmara Municipal de Setúbal, por isso achamos que não nos devemos pronunciar.*”

**5. Deliberação n.º 52/19 – Proposta n.º 06/2019 – DAF – Regulamento e Tabela de Taxas e outras receitas do Município de Setúbal – 2019**

**Antonieta Saragoça (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 de AC, 3 abstenções, 2 do PS e 1 do BE, e 1 voto contra do PPD/PSD.



Foi constatado o atraso na entrega da fundamentação económico financeira que deve acompanhar a proposta de regulamento e que apenas chegou à mão dos deputados no dia da reunião. Esse facto foi considerado um lapso pelo executivo.

Foi ainda questionado o Sr. Vice-Presidente acerca do valor sobre as novas taxas criadas no regulamento designadamente as referentes a exercícios e simulacros da Proteção Civil e ativação da Comissão Municipal de Proteção Civil ou ainda, sobre a taxa cobrada pela ativação da Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios.

O Sr. Vice-Presidente disse desconhecer a criação das taxas em concreto.

Surgiu ainda a pergunta feita pelo BE sobre a proximidade dos valores cobrados entre entidades com fins lucrativos e entidades sem fins lucrativos.

O Sr. Vice-Presidente respondeu referindo-se à fórmula de cálculo para a elaboração das taxas.

Conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 8.

**Manuel Fernandes (PS)** – Esta questão do regulamento das taxas e licenças foi debatida em sede de comissão e foram colocadas algumas questões ao senhor Vice-Presidente, que se mostrou algo surpreendido pelas duas taxas que foram criadas e que estão relacionadas com os exercícios e simulacros, com algum valor substantivo. Estamos a falar em taxas na ordem dos 850,00€ e dos 580,00€ euros, se for apenas ativação da Comissão Municipal de Proteção Civil. Foram criadas algumas novas taxas não se questionando qual a razão pela qual são criadas. A questão que foi colocada na comissão e que o senhor Vice-Presidente acabou por não conseguir responder, foi a seguinte: “Porque razão é que se atinge este valor, tendo em conta que 97% do tecido empresarial do concelho prende-se com pequenas e médias empresas, algumas delas empresas familiares que é o grosso do tecido empresarial, que têm alguma dificuldade em pagar este tipo de taxas?”

Não sei se fazem comparação com outros municípios, não sei se decorre de alguma legislação nacional que impõe valores tabelados, no entanto a pergunta foi feita nesse sentido.

A fundamentação económica deve de acompanhar sempre o Regulamento de Taxas. Esse facto foi referido na Comissão de Economia e Finanças, como é do conhecimento do senhor Vice-Presidente. Não gostaria de deixar de frisar aqui também para ficar registado em ata, uma vez que foi considerado na Comissão de Economia como tendo sido um lapso. Tratando-se de um lapso recorrente convém que seja mencionado em ata e registado na Assembleia Municipal.

**Presidente da Mesa** – Informar os senhores deputados que os anexos dessa proposta foram distribuídos antes da reunião da Comissão.

**Manuel Fernandes (PS)** – O gabinete dos vereadores do Partido Socialista que é a nossa grande fonte de informação, parte de informação que nós trazemos aqui, chegou durante a tarde do dia de ontem, cerca das 17 horas. No início da comissão estava o Regulamento em cima da mesa, o qual já tinha sido debatido e aprovado em reunião de câmara com os vereadores, no dia 31 de outubro de 2018. Desde essa altura ninguém teve conhecimento da fundamentação económica, senão ontem às 17 horas da tarde. Para que fique esclarecido.

**Presidente da Mesa** – Só quis transmitir que a distribuição dessa informação foi feita aos senhores deputados, e tal como foi dito pela senhora Presidente da comissão, foi antes da reunião da comissão, mas muito próximo disso. Isso quer dizer que, quando se diz que foi um



lapso e não acompanhou é porque corresponde àquilo que aconteceu. Depois os documentos vieram e foram distribuídos. Para que fique registado.

**Suzel Costa (PAN)** – A questão do Regulamento de Taxas também nos merece uma reflexão crítica. O PAN não está representado na comissão onde foi discutida, por isso gostaríamos de ver respondidas algumas questões.

Não encontramos plasmados nesta Tabela de Taxas e Receitas, medidas de discriminação positiva, nomeadamente no que concerne a compromissos para diminuição da pegada ecológica do município e o respeito pela natureza e pelos animais. Algum dia todos perceberemos que é outro respeito pela nossa própria espécie. Por exemplo, não encontramos plasmado um valor mais reduzido para impressões em papel reciclado. Não percebemos na página 3, o valor da taxa referente a um espaço de naturismo, um espaço belo, agradável, face a um parque de sucatas ou outros resíduos, há uma clara discrepância entre estes valores. Na página 11, refere o valor para colocação de floreiras ou contentores de resíduos, ambos amigos do ambiente e que contribuem para o embelezamento do município. O mesmo se coloca para os circos, independentemente de estes possuírem ou não animais, o valor da taxa é igual face a um carrossel, face a uma pista de automóveis. Divertimento público sim, mas manchado do sangue e do sofrimento da dor à custa dos animais deveriam ser agravadas as taxas de ocupação do domínio público. Na página 12, as emissões sonoras. Na página 13, a autorização anual de cargas e descargas de mercadorias, referem em horário definido sem condicionamento de horário, o que faz toda a diferença no que respeita à mobilidade na cidade, o mesmo para lugares de estacionamento reservados para entidades prestadoras de saúde e veículos de emergência, ao que deveria ser uma taxa irrisória. Na página 14, porque é que o licenciamento de animais suscetíveis de abate para consumo não está aqui contemplado? Na página 22, os bilhetes de circuitos que custam uma taxa de 7,50€, fazendo as contas não consegui perceber este valor. Poderia ir por aí além, mas vou ficar-me pela página 14, porque me é a mais querida que qualquer uma das outras. Referente à captura de animais errantes na via pública, não percebo se é por estes se encontrarem em contravenção e se não temos taxas em caso de reincidência. Um tutor que deixa o seu animal andar às voltinhas na rua sem trela e que seja capturado pelo CROAC - Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia deveria ter um valor da taxa agravada em caso de reincidência. Continuo a não perceber como é que a entrega de animais por particulares no canil é gratuita, nomeadamente ninhadas com menos de quatro meses. Já tinha referido no ano passado, mas continua aqui plasmado. A recolha de animais de grande porte tem um valor de taxa quando o CROAC não os recolhe (também já foi questionado o executivo sobre isso) e não vejo valores de inceneração, não percebo para onde vão estes animais de grande porte, a não ser se forem os cavalos. Também não vejo nenhuma taxa para cremação ou para vacinação, sem ser aquilo que está na DGAV.

**Vice-Presidente da Câmara** – Tenho que fazer o reconhecimento em relação à participação na reunião da comissão, que não dei explicação sobre estas duas novas taxas e referi que a explicação estaria na fundamentação das taxas, que não foi distribuída a tempo. Houve um atraso na distribuição da fundamentação das taxas. Como sabemos, a tabela de taxas vem sendo repetida e é mexida pontualmente de uns anos para outros e não tem grandes alterações, poucas vezes há uma alteração significativa, que tenha impacto de peso nas receitas do município. A sua justificação económica está feita de um ano para o outro e o facto de não ter sido distribuída não significa que não exista. Há pouco questionaram, “*Porque é que a proposta tinha sido feita em outubro e só agora tinha surgido a fundamentação?*”. A proposta



era de outubro, porque foi feita quando se preparou o orçamento e o Regulamento de Taxas normalmente é feito a partir das propostas dos vários serviços.

Respondendo à senhora deputada Suzel Costa, reconhecemos que este Regulamento de Taxas mereça uma atualização estrutural, por isso vamos trabalhar nesse sentido e depois aproveitaremos as várias opiniões que a deputada colocou, por isso solicitamos que faça um elenco dessas observações por escrito, porque há coisas que são pertinentes, que na nossa cultura política/administrativa ainda não temos em consideração e podemos vir a ter. Relativamente aos animais de grande porte, esses casos acontecem e há meios do município que têm que ser mobilizados e têm os seus custos. Não me tinha apercebido que existiam essas taxas em relação à proteção civil, em termos de fundamentação global a Taxa Municipal de Proteção Civil desapareceu, há serviços de proteção civil que são suscitados pelos particulares e pelas empresas, no entanto existem alguns que são por imposição legal, como é o caso dos exercícios de evacuação e que obriga a mobilizar os meios do município. A própria lei da formação das taxas obriga a que os custos sejam cobertos e aí aplica-se os critérios de acordo com o previsto na lei, porque é a lei que manda. Estou certo que na fundamentação existe essa indicação.

Senhora deputada Suzel, a Tabela de Taxas não pode inventar taxas que a lei não permita, só pode regular as taxas que estão previstas na lei para os municípios cobrarem. Se houver alguma taxa que ainda não tenha enquadramento legal para distinguir entre um parque de naturismo e um parque de sucata e se a lei não o distingue, não será o Regulamento da Tabela de Taxas que o vai distinguir. Há algumas limitações, não podemos fazer um enquadramento diverso daquilo que a lei permite para fazer um regulamento de taxas revendo a aplicação dessas taxas. A explicação é essa, sem deixar de reconhecer que deveria ter sido antes de distribuída a justificação, porque na sua fundamentação está a compreensão do valor das taxas que constam na referida tabela.

**Suzel Costa (PAN)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Mais uma vez nesta assembleia, parafraseando o que referi o ano passado na mesma altura, o PAN não pode votar a favor de um regulamento que inclua a ocupação do espaço público por divertimentos públicos à custa do sofrimento dos animais. A liberdade, a paz e as melhorias das condições de vida são uma aspiração de todos os seres vivos e mais ainda, daqueles que estão confinados uma vida inteira e sujeitos a maus-tratos, como é o caso dos circos.”*

Agradecer à presidente do executivo por ter introduzido algo vegan na alimentação, com que eu me consegui alimentar e também agradecer pela presença de copos de papel em detrimento dos copos de plástico. Trata-se de uma medida positiva que importa referir.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 21 votos a favor, 18 da CDU, 2 do BE e 1 de AC, 5 votos contra, 4 do PPD/PSD e 1 do PAN e 10 abstenções, 9 do PS e 1 do CDS-PP, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 16.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.



O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram vinte e duas horas e quinze minutos do dia trinta de janeiro, de dois mil e dezanove.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de vinte e nove de abril, de dois mil e dezanove, contém trinta e três folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa

André Valente Martins

O Primeiro Secretário da Mesa

Eusébio Manuel Candeias

A Segunda Secretária

Yolande Paule Juliette Cloetens

Elaborada e processada por: Helena Rosa e Vítor Marcos  
Verificada por: Ana Cristina Claro  
Revista por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa